

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.301.561 - GO (2018/0128525-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BUSSOLA LOGISTICA LTDA
ADVOGADOS : JURANDIR JOSÉ PEREIRA - GO010259
LIENILDA MARIA CÂMARA DE SOUZA - PA006450
AGRAVANTE : FRANCISCO ADRIANO DA SILVA
ADVOGADO : LUCIANA DE SOUZA DIAS - PA015888
AGRAVADO : G DE O M (MENOR)
REPR. POR : T DE O L
AGRAVADO : L B M (MENOR)
REPR. POR : E C B
AGRAVADO : L S M (MENOR)
REPR. POR : R R DE S
AGRAVADO : ILDA CASECA DE MIRANDA
AGRAVADO : ORLANDO DOMINGOS MIRANDA
ADVOGADO : CLAUDEMIR DA SILVA - GO016863

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não recurso especial interposto por BUSSOLA LOGISTICA LTDA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra assim ementado:

DUPLO APELO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO FATAL. CAUSA DETERMINANTE PARA O SINISTRO COMPROVADA PELO BOLETIM DE OCORRÊNCIA E LAUDO PERICIAL. INVASÃO DA PISTA CONTRÁRIA PELO V-2 (CAMINHÃO). INOBSERVÂNCIA DAS REGRAS BÁSICAS DE TRÂNSITO. VIOLÊNCIA DO IMPACTO. CULPA CONCORRENTE NÃO VERIFICADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. PENSIONAMENTO MENSAL MANTIDO. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. PRESUNÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. VALOR DE 2/3 DO SALÁRIO MÍNIMO ATÉ AS FILHAS COMPLETAREM 25 (VINTE E CINCO) ANOS. PRECEDENTES. DANO MORAL. REDUÇÃO. RAZOABILIDADE. JUROS DE MORA (SÚMULA 54, STJ). CORREÇÃO MONETÁRIA (SÚMULA 362, STJ) . DANOS MATERIAIS. INDENIZAÇÃO MANTIDA. DESPESAS FUNERÁRIAS. COMPROVAÇÃO. VERBA DENTRO DOS PARÂMETROS. VALOR DO AUTOMÓVEL. TABELA FIPE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DEVIDA. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL. SÚMULA 313/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS. 1. In casu, existem documentos que comprovam a responsabilidade civil dos demandados pelo ato ilícito cometido. 2. O laudo técnico foi claro ao concluir que a causa determinante para o sinistro foi o fato do caminhão que era conduzido pelo 2º apelante ter invadido a

contramão e, assim, colidir frontalmente com o veículo de passeio, ocasionando o acidente de tal gravidade. 3. O Código de Trânsito Brasileiro é taxativo ao dispor que é responsabilidade dos veículos maiores zelar pela segurança dos veículos menores no trânsito, o que demonstra o dever de cuidado, ainda maior, dos motoristas de veículos de maior porte. Logo, indubitável o dever de indenizar da empresa conforme delineado na sentença de piso. 4. No tocante ao percentual do pensionamento mensal, esta Corte de Justiça já consolidou o entendimento no sentido de que não sendo possível indicar com precisão qual o valor da renda mensal efetiva da vítima, correta a sentença ao fixar a pensão por morte em 2/3 de 01 (um) salário mínimo. 5. O Superior Tribunal de Justiça firmou a jurisprudência de que é devida a pensão mensal aos filhos menores, pela morte de genitor, até a data em que os beneficiários completem 25 (vinte e cinco) anos de idade. 6. A dependência econômica do filho em relação ao pai não presume que o trabalho do pai seja a única fonte de renda da família. 7. Não há como afastar a obrigação de indenizar as despesas funerárias, uma vez comprovado o óbito é decorrência natural o sepultamento. In casu, os recibos apresentados não estão fora da normalidade e não apresentam vícios. 8. A inexistência de registro do veículo não é suficiente para afastar a propriedade que, por se tratar de coisa móvel, transmite-se com a tradição. 9. Restando comprovada a perda total do bem em virtude do acidente, correta está a utilização da tabela FIPE para espelhar o valor de mercado do automóvel, sendo que a correção monetária é devida a partir do data do sinistro. 10. A fixação do valor da indenização por dano moral deve considerar as condições pessoais do ofensor e do ofendido, a extensão do dano e sua repercussão, de maneira que o valor arbitrado seja equânime para infligir ao ofensor a reprovação pelo ato lesivo, porém não exacerbado, a ponto de acarretar o enriquecimento sem causa do ofendido. 11. A correção monetária deve incidir desde o arbitramento dos danos morais, em respeito à Súmula n. 362 do STJ e os juros de mora a partir do evento danoso, conforme Súmula n. 54 do STJ. 12. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido da obrigatoriedade de constituição de capital para garantir o pagamento da pensão (art. 475-Q do CPC/73). Súmula 313/STJ. 13. Merecem ser mantidos os honorários. APELOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS (fls. 851/853).

A recorrente aponta ofensa aos arts. 186 e 927 do CC/16, insurgindo-se contra sua condenação em ação de indenização por danos decorrentes de acidente de trânsito.

Pleiteia o reconhecimento da improcedência dos pedidos de pensão

alimentícia, danos materiais e morais, honorários advocatícios e constituição de capital, sustentando, em síntese, culpa exclusiva da vítima, que, a teor das razões recursais, conduzia seu veículo alcoolizado e em alta velocidade. Sustenta que não houve comprovação da culpa do motorista da recorrente e, portanto, de sua responsabilidade. Afirma que *"os boletins de ocorrência policial e os laudos periciais são inconclusivos, inconsistentes, omissos e contraditórios, razão pela qual não servem como meio de prova para consubstanciar a culpabilidade do motorista da recorrente"* (fl. 918).

Sem contrarrazões (fl. 973).

É o relatório. Passo a decidir.

Na espécie, a sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados em ação de indenização ajuizada por mãe e filhas de vítima fatal de acidente de trânsito, que teria sido causado por funcionário da recorrente.

Consta do acórdão recorrido que, *"segundo a inicial, em 26/02/2010, o caminhão Scania, placa NSL-4311, pertencente à empresa ré e conduzido por um de seus funcionários, invadiu a contramão de direção e provocou violento acidente automobilístico que vitimou Osvando José Miranda, condutor do veículo VW Santana, placa JFW-7844, pai de três requerentes (Gabriela de Oliveira Miranda, Letícia Borges Miranda e Lorena Souza Miranda), José Passos da Costa e Ética Cristina de Miranda, passageira do mencionado veículo, também filha de uma das requerentes (Ilda Caseca dos Santos, sua mãe)"* (fl. 828).

A recorrente busca a reforma do acórdão recorrido, argumentando, em síntese, que não foi comprovada a culpa de seu motorista. Alega culpa exclusiva do condutor do outro veículo envolvido no acidente, que, a teor das razões recursais, estava alcoolizado e em alta velocidade.

A Corte de origem, entretanto, examinando o acervo fático-probatório, concluiu pela responsabilidade da recorrente, anotando ser indubitosa a culpa de seu funcionário pelo acidente, e rejeitou a alegação de culpa da vítima. Consignou que, *"in casu, existem documentos que comprovam a responsabilidade civil dos demandados pelo ato ilícito cometido"* (fl. 851).

Concluiu o tribunal *a quo* que, *"diante da prova técnica produzida,*

mostra-se indubitosa a culpa do empregado da 1ª apelante, Sr. Francisco, ora 2º apelante, no evento danoso, ao conduzir o veículo em que estava, pela contramão de direção, em evidente violação do dever de cuidado e às normas de trânsito" (fl. 830). Assinalou que, "lado outro, em que pese tenha-se verificado teor alcoólico no sangue do condutor do veículo de passeio, não há provas nos autos indicando que tal fator contribuiu para o evento danoso. Ao revés, como exposto, no laudo técnico consta que a causa determinante para o sinistro foi o fato do caminhão conduzido pelo 2º apelante ter invadido a contramão e colidido frontalmente com o veículo em que estavam as vítimas, que nada puderam fazer para evitar a colisão" (fl. 830).

Nesse contexto, eventual alteração desse entendimento, nos moldes postulado pela recorrente, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, inviável em recurso especial (Súmula 7/STJ).

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator